



**Willian Douglas Guilherme
(Organizador)**

**Avaliação,
Políticas
e Expansão
da Educação
Brasileira 6**

Atena
Editora
Ano 2019

Willian Douglas Guilherme
(Organizador)

Avaliação, Políticas e Expansão da
Educação Brasileira 6

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Natália Sandrini
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
A945	Avaliação, políticas e expansão da educação brasileira 6 [recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira; v. 6) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-463-4 DOI 10.22533/at.ed.634191007 1. Educação – Brasil. 2. Educação e Estado. 3. Política educacional. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série. CDD 379.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira” contou com a contribuição de mais de 270 artigos, divididos em 10 volumes. O objetivo em organizar este livro foi o de contribuir para o campo educacional e das pesquisas voltadas aos desafios atuais da educação, sobretudo, avaliação, políticas e expansão da educação brasileira.

A temática principal foi subdividida e ficou assim organizada:

Formação inicial e continuada de professores - **Volume 1**

Interdisciplinaridade e educação - **Volume 2**

Educação inclusiva - **Volume 3**

Avaliação e avaliações - **Volume 4**

Tecnologias e educação - **Volume 5**

Educação Infantil; Educação de Jovens e Adultos; Gênero e educação - **Volume 6**

Teatro, Literatura e Letramento; Sexo e educação - **Volume 7**

História e História da Educação; Violência no ambiente escolar - **Volume 8**

Interdisciplinaridade e educação 2; Saúde e educação - **Volume 9**

Gestão escolar; Ensino Integral; Ações afirmativas - **Volume 10**

Deste modo, cada volume contemplou uma área do campo educacional e reuniu um conjunto de dados e informações que propõe contribuir com a prática educacional em todos os níveis do ensino.

Entregamos ao leitor a coleção “Avaliação, Políticas e Expansão da Educação Brasileira”, divulgando o conhecimento científico e cooperando com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Boa leitura!

Willian Douglas Guilherme

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A BRINCADEIRA DE FAZ DE CONTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CARACTERÍSTICAS E POSSIBILIDADES DE AÇÕES	
Adriane Sanae Matuo Tacahashi Heloisa Toshie Irie Saito	
DOI 10.22533/at.ed.6341910071	
CAPÍTULO 2	10
A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR DA CRIANÇA	
Edjôfre Coelho de Oliveira Claudiana Sousa Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6341910072	
CAPÍTULO 3	25
A INTERVENÇÃO MUSICAL COM BEBÊS EM RISCO PSÍQUICO	
Aruna Noal Correa Ana Paula Ramos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.6341910073	
CAPÍTULO 4	36
A PRÉ-ESCOLA E A EMENDA 59/09 NO MUNICÍPIO DE ALVORADA/RS	
Mariane Vieira Gonçalves Ana Cláudia Von Wurmb da Silva Vera Dausacker	
DOI 10.22533/at.ed.6341910074	
CAPÍTULO 5	49
BEBÊS EM BERÇÁRIO: EXPLORAÇÃO SONORO-MUSICAL COTIDIANA	
Aruna Noal Correa Cláudia Ribeiro Bellochio	
DOI 10.22533/at.ed.6341910075	
CAPÍTULO 6	59
CONSTRUÇÃO DA MEMÓRIA DO (NO) CORPO – A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA MOTRICIDADE NA INFÂNCIA	
Deborah Kramer	
DOI 10.22533/at.ed.6341910076	
CAPÍTULO 7	67
COSTURINHAS: ALINHAVANDO AUTORIAS	
Marcelo Magalhães Foohs Ester Julice dos Santos Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.6341910077	

CAPÍTULO 8	75
ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: UM ESTUDO SOBRE A OFERTA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE/PB	
Naara Queiroz de Melo Melânia Mendonça Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.6341910078	
CAPÍTULO 9	79
EXPERIÊNCIAS NARRADAS CORPORALMENTE E AS BRINCADEIRAS DAS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Luciana Silvia Evangelista Mônica Caldas Ehrenberg	
DOI 10.22533/at.ed.6341910079	
CAPÍTULO 10	95
FIGUEIREDO PIMENTEL: DO NATURALISMO À BIBLIOTHECA INFANTIL	
Soyane da Silva Santos Janahina de Oliveira Batista	
DOI 10.22533/at.ed.63419100710	
CAPÍTULO 11	105
FILOSOFIA E INFÂNCIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENSINO DE FILOSOFIA PARA CRIANÇAS	
Williams Nunes da Cunha Junior Dariely Lays Monteiro de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.63419100711	
CAPÍTULO 12	115
MUSICALIZAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: CRIANÇAS PEQUENINHAS E SUAS EXPLORAÇÕES MUSICAIS	
Maria Cristina Albino Galera Marta Regina Paulo da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63419100712	
CAPÍTULO 13	131
O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO, O PNAIC E A NOVA VERSÃO DA BNCC: ENTRE TENSÕES E DESAFIOS	
Claudia de Souza Lino Claudia de Oliveira Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.63419100713	
CAPÍTULO 14	144
POLÍTICA DE “UNIVERSALIZAÇÃO” DA PRÉ-ESCOLA NA REDE MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB (2014-2016)	
Kilma Wayne Silva de Sousa Melânia Mendonça Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.63419100714	

CAPÍTULO 15	157
POLÍTICAS PÚBLICAS E QUALIDADE NA EDUCAÇÃO DA PRIMEIRA INFÂNCIA: UMA PESQUISA EM DUAS EMEIS DE SANTA MARIA - RS	
Andressa Wiedenhof Marafiga	
Jucilene Hundertmarck	
Taciana Camera Segat	
DOI 10.22533/at.ed.63419100715	
CAPÍTULO 16	169
SER CRIANÇA, SER BRINCANTE: REFLEXÕES SOBRE O BRINCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Michaelly Calixto dos Santos	
Priscila Gomes dos Santos	
Sayarah Carol Mesquita dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.63419100716	
CAPÍTULO 17	179
SOBRE DIVERTIR, EDUCAR E INSTRUIR AS CRIANÇAS: O CASO DA REVISTA <i>VIDA INFANTIL</i> (1947-1951)	
Mariana Elena Pinheiro dos Santos de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.63419100717	
CAPÍTULO 18	193
O EFEITO DAS SESSÕES DE EDUCAÇÃO PARENTAL SOBRE AS PRÁTICAS DOS PAIS/ CUIDADORES RESIDENTES NO DISTRITO DE MATUTUÍNE, PROVÍNCIA DE MAPUTO, TAL COMO PERCEBIDO PELAS PARTICIPANTES E FACILITADORAS	
Lucena Albino Muianga	
DOI 10.22533/at.ed.63419100718	
CAPÍTULO 19	208
“ <i>CRIANÇA NÃO TRABALHA, CRIANÇA DÁ TRABALHO</i> ”: DO CANTO AO DESENCANTO DOS DIREITOS INFANTIS SOB OLHARES DA EDUCAÇÃO FÍSICA	
Maria Cristina Silva Torres Soares	
Claine Gonçalves Nery	
DOI 10.22533/at.ed.63419100719	
CAPÍTULO 20	217
A EDUCAÇÃO AO LONGO DA VIDA: DO ONÍRICO AO REAL – POSSIBILIDADES	
Enéas Machado	
Sandra Regina Trindade de Freitas Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63419100720	
CAPÍTULO 21	225
CONTRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO PARA REFLEXÃO DO PAPEL DO PROFESSOR: EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Deine Queiroz da Conceição	
Marcela Silva Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.63419100721	
CAPÍTULO 22	229
CURRÍCULO INTEGRADO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES NO PROEJA	
Gilvana Mendes da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.63419100722	

CAPÍTULO 23	242
EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NA PROPOSTA DO PROJovem URBANO: EMBATES E DESAFIOS	
Marcos Torres Carneiro Maria Aparecida de Queiroz	
DOI 10.22533/at.ed.63419100723	
CAPÍTULO 24	247
MARCOS CONCEITUAIS E LEGAIS E OS DILEMAS ENFRENTADOS PELA JUVENTUDE EM BUSCA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO	
Yossonale Viana Alves Márcio Adriano de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.63419100724	
CAPÍTULO 25	262
O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUMAS REFLEXÕES	
Suerda Maria Nogueira do Nascimento José Moisés Nunes da Silva Maria Aparecida dos Santos Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.63419100725	
CAPÍTULO 26	275
CENÁRIOS DO CONTEXTO EDUCACIONAL: GÊNERO, INFÂNCIA E (IN) DISCIPLINA	
Franciéli Artl Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.63419100726	
CAPÍTULO 27	286
DIVERSIDADE DE PÚBLICO E POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Maria Aparecida dos Santos Do Nascimento Sílvia da Aparecida Cavalheiro	
DOI 10.22533/at.ed.63419100727	
CAPÍTULO 28	302
PROBLEMATIZANDO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR SOBRE AS CONCEPÇÕES DAS PROFESSORAS	
Kátia Batista Martins Adriana Cristina de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63419100728	
CAPÍTULO 29	319
UM MODELO DIDÁTICO DO GÊNERO CURIOSIDADE CIENTÍFICA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Flávia Simões de Moura Luzia Bueno	
DOI 10.22533/at.ed.63419100729	
SOBRE O ORGANIZADOR	331

O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NO RIO GRANDE DO NORTE: ALGUMAS REFLEXÕES

Suerda Maria Nogueira do Nascimento

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal/Rio Grande do Norte

José Moisés Nunes da Silva

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal/Rio Grande do Norte

Maria Aparecida dos Santos Ferreira

Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Rio Grande do Norte
Natal/Rio Grande do Norte

RESUMO: A temática do artigo são as políticas públicas para a educação profissional no Brasil. O objetivo é discutir o Programa Brasil Profissionalizado como uma política pública para a implementação da educação profissional na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte. A pesquisa é de caráter exploratório-descritiva, tendo como fio condutor a dialética. As fontes de informação são bibliográfica (Souza (2006), Kuenzer (2006), Colombo (2009) e Santos (2012), entre outros) e documental (leis e decretos). Discute-se a educação profissional no Brasil no contexto das políticas públicas educacionais do governo Lula da Silva, a configuração do Programa Brasil Profissionalizado e as primeiras ações no Rio Grande do Norte. Infere-se que no

Brasil as políticas públicas para a educação são políticas de governo e, como tais, sofrem descontinuidade; que o Programa Brasil Profissionalizado se insere nessa lógica; e que no Rio Grande do Norte esse Programa ainda não se materializou.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas, Políticas Públicas Educacionais no Brasil, Educação Profissional, Programa Brasil Profissionalizado.

ABSTRACT: The theme of the article is public policies for professional education in Brazil. The objective is to discuss the Professionalized Brazil Program as a public policy for the implementation of professional education in the state education network of Rio Grande do Norte. The research is exploratory-descriptive in nature, with dialectics as its guiding thread. The sources of information are bibliographical (Souza (2006), Kuenzer (2006), Colombo (2009) and Santos (2012), among others) and documentary (laws and decrees). Professional education in Brazil is discussed in the context of the educational public policies of the Lula da Silva administration, the configuration of the Professionalized Brazil Program and the first actions in Rio Grande do Norte. It is inferred that in Brazil the public policies for education are government policies and, as such, they suffer discontinuity; that the Brazilian Professional

Program is part of this logic; and that in Rio Grande do Norte this Program has not yet materialized.

KEYWORDS: Public Policies, Public Educational Policies in Brazil, Professional Education, Professional Brazil Program.

1 | INTRODUÇÃO

A Revolução de 1930 marca, no Brasil, a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, o fim da economia baseada no modelo agrário-exportador e o início do processo de industrialização, baseado no fortalecimento do setor de bens de produção e, em consequência, a instituição de políticas públicas e de políticas educacionais, sobretudo no que diz respeito à reformulação do aparelho estatal, a regulamentação das relações trabalhistas e a formação e qualificação dos trabalhadores por meio da educação profissional.

Foi graças ao modelo nacional-desenvolvimentista de Vargas que a política econômica passou a valorizar, definitivamente, o mercado interno integrado, pela remoção das barreiras tributárias existentes entre as regiões do país, o que favorecia a diversificação dos ramos industriais até então existentes, através do processo de substituição de importações¹ – produzindo no país o que antes era importado do exterior – e o processo de urbanização.

A fim de atender às necessidades de qualificação da mão de obra requerida pela diversificação das atividades produtivas, os liceus industriais assimilaram a função de escola profissional e pré-vocacional, adequada às faculdades e aptidões das classes menos favorecidas.

Na década de 1940, identifica-se o embrião da valorização do ensino técnico no Brasil, com a instituição da Lei Orgânica do Ensino Industrial – Decreto-Lei nº 4.037, de 30/01/1943 – e, ao longo dos anos 1960-1980, as escolas técnicas federais ganharam um novo impulso formando quadros técnicos condizentes com o emergente mercado de trabalho, buscando manter harmonia com a estratégia de desenvolvimento adotada pelo regime civil-militar e atender aos interesses do capital.

A partir da década de 1990, as políticas educacionais brasileiras estiveram fortemente influenciadas pela tríade neoliberalismo, globalização e reestruturação produtiva, em associação subalterna ao capital internacional, sendo necessário adaptar objetivos e estratégias para atender às novas exigências.

Na primeira década dos anos 2000, o crescimento econômico experimentado pela economia brasileira, colocou em destaque na agenda nacional o tema da qualificação dos trabalhadores e, conseqüentemente, a educação profissional e tecnológica (EPT) assumiu uma posição central, com a instituição de diversos programas, entre eles o Programa Brasil Profissionalizado.

Por isso, o objetivo deste trabalho é discutir o Programa Brasil Profissionalizado

1. Este processo marcou a história da industrialização brasileira até meados da década de 1950.

como uma política pública para a implementação da educação profissional, particularmente, na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte. Para tanto, buscou-se compreender como as políticas públicas educacionais foram materializadas, notadamente, no âmbito da educação profissional e como elas contribuíram para a implantação desse Programa.

Na construção dessa análise e, conseqüentemente, para alcançar o objetivo, realizamos uma pesquisa de caráter exploratório-descritiva, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito, bem como estudar as características de determinado fenômeno (GIL, 2002), tendo como fio condutor a dialética.

As fontes de informação são bibliográficas, como autores que discutem a temática, como Souza (2006), Kuenzer (2006), Colombo (2009) e Santos (2012), entre outros, e documentais (leis e decretos).

É importante ressaltar que este artigo é resultado parcial de uma pesquisa que vem sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional, do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, cujo objetivo é analisar os desafios da implantação de 10 Centros de Educação Profissional na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte.

O trabalho está organizado em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais: a primeira, discute os conceitos de políticas públicas e políticas públicas educacionais; a segunda, conforma a educação profissional no Brasil no século XXI; e a terceira, configura o Programa Brasil Profissionalizado na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte.

2 | POLÍTICAS PÚBLICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As reflexões sobre as ações do Estado – o que faz ou deixa de fazer – faz parte da história humana desde a Antiguidade e, ao longo dos séculos e em consequência do próprio desenvolvimento das sociedades, esses estudos foram se aperfeiçoando, buscando conscientizar a população em torno das interferências estatais na vida social.

Com o processo de globalização, do neoliberalismo e da reestruturação produtiva, os estudos de políticas públicas se sedimentaram, contribuindo para o planejamento das ações do próprio Estado enquanto promotor das demandas específicas da sociedade, assim como das empresas privadas e até mesmo do cidadão.

Políticas públicas compreendem o conjunto de ações, nas mais diversas áreas (saúde, educação, segurança, habitação, reforma agrária, etc.) criadas pelo Estado, em prol da sociedade ou segmentos dela, promovendo impactos diretos nos direitos e deveres desse público. (SANTOS, 2012). Ou seja, são ações estatais com objetivos definidos, geralmente envolvendo vultosas aplicações de recursos públicos, que mediam as relações do Estado com a sociedade e permitem identificar o que o governo

pretende fazer e avaliar o que realmente faz.

Como apontam Souza (2006) e Pase (2012), as políticas públicas podem ser de quatro tipos, distinguidos a partir de seus respectivos conteúdos e meios de implementação: políticas distributivas (alocam bens ou serviços a frações da população ou região, como os programas de renda mínima), políticas regulatórias (estabelecem imperativos, como o código de trânsito), políticas redistributivas (de caráter mais universal, como o sistema tributário) e políticas constitutivas ou de estruturadoras (normas e procedimentos sobre os quais devem ser formuladas e implementadas as demais políticas públicas).

Além dessas tipologias, as políticas públicas, considerando o modo como são formatadas e implementadas, podem ser classificadas como políticas de Estado (as resultantes de articulações e disputas, de caráter mais duradouras e consolidadas em períodos que ultrapassam um mandato de governo, tais como a política nacional do idoso e a legislação previdenciária) ou como Políticas de Governo (as baseadas nas ideologias dos governos, geralmente limitada à durante do mandato de seus formuladores, a exemplo da definição de alíquotas tarifárias para um determinado setor da economia e a assinatura de cooperação científica e tecnológica). (SANTOS, 2012; PASE, 2012).

Já as políticas públicas educacionais “[...] nada mais são do que as políticas públicas originadas na área do Estado referentes à educação e que terão impacto direto na sociedade, seja do ponto de vista individual, seja do ponto de vista social” (SANTOS, 2012, p. 20). Ou seja, dizem respeito às decisões governamentais que incidem sobre a educação escolar, tais como construção de escolas, formação docente, planos de carreiras e valorização dos profissionais da educação, gestão escolar, etc.

No Brasil, a educação escolar está organizada em níveis (educação básica, composta de três etapas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e educação superior) e modalidades de educação, entre elas a educação profissional, a qual vem se apresentando como políticas de governo, materializadas por meio de programas, tais como a Reforma da Educação Profissional do governo Lula da Silva (2003-2010); o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); o Programa Brasil Profissionalizado (PBP); e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC).

Por isso, a educação profissional no país tem a marca da descontinuidade, já que, a cada sucessão de governo, programas são instituídos com base em uma releitura das ações governamentais anteriormente promovidas, expondo as disputas em torno das regulamentações na área, entre forças conservadoras, que defendem a qualificação estreita e vinculada ao mercado de trabalho, e forças progressistas, que advogam uma formação mais ampla.

3 | A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO SÉCULO XXI NO BRASIL

Em 2003, o governo Lula da Silva (2003-2010) promoveu, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica do Ministério da Educação (SEMTEC/MEC) dois seminários nacionais: 1) Ensino Médio: construção política; e 2) Educação Profissional: concepções, experiências, problemas e propostas, nos meses de maio e junho, respectivamente.

O Seminário do Ensino Médio, tinha por objetivo delinear políticas para uma reforma desse ensino, de maneira a possibilitar a universalização e consolidação dessa etapa da educação básica, além de construir um projeto ético, político e pedagógico de ensino médio de qualidade, comprometido com as diferentes necessidades sociais e culturais da população. Já o Seminário da Educação Profissional objetivava a reorientação da política nacional de educação profissional e a busca de sua materialização, fortalecendo o desenvolvimento científico e tecnológico, a socialização do saber e da cultura e a geração de emprego, trabalho e renda. (BRASIL, 2004a).

Com base nas discussões encetadas no Seminário da Educação Profissional, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC)/MEC (nova denominação dada à SEMTEC), elaborou, em abril de 2004, o documento *Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica*, no qual estabeleceu os pressupostos específicos que deveriam alicerçar a compreensão e as práticas da educação profissional e tecnológica no país. (BRASIL, 2004b). Esse documento, aliado aos embates em torno da revogação do Decreto n. 2.208/1997, pavimentou a efetiva sanção do Decreto n. 5.154/2004, que revogou aquele e instituiu uma nova reforma para a educação profissional no país, restaurando a possibilidade da oferta do ensino médio integrado ao ensino técnico, em um mesmo currículo.

De acordo com esse Decreto, a educação profissional passou a ser desenvolvida por meio de cursos e programas de: a) formação inicial e continuada de trabalhadores; b) educação profissional técnica de nível médio; e c) educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação. (BRASIL, 2004c).

Particularmente para os cursos e programas de educação profissional técnica de nível médio, estabeleceu que fossem desenvolvidos em articulação com o ensino médio, de forma: a) *integrada* – destinados aos egressos do ensino fundamental, com matrícula única para cada estudante; b) *concomitante* – para quem esteja cursando o ensino médio e deseje complementá-lo com a formação técnica, podendo ocorrer na mesma escola ou em instituições de ensino distintas (pressupõe, portanto, matrículas distintas para cada curso); e c) *subsequente* – para quem já concluiu o ensino médio. (BRASIL, 2004c).

Com efeito, as escolas da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, atualmente, Institutos Federais de Educação, passaram a ofertar cursos técnicos de nível médio integrado ao ensino médio, fundamentados em um currículo consubstanciado na politecnicidade marxiana (educação intelectual, educação física

e instrução tecnológica; união da educação com o trabalho produtivo), na escola unitária gramsciana (articulando a formação geral com a formação profissional) e na indissociabilidade do trabalho (como princípio educativo), ciência, tecnologia e cultura, e, conseqüentemente, caminhar na direção de uma formação humana mais completa, integral.

De fato, o Decreto nº 5.154/2004 restabeleceu a possibilidade de integração entre o ensino médio e a educação profissional (que estavam apartados por força do Decreto nº 2.208/1997, no governo Fernando Henrique). No entanto ela não se revelou como prioridade para o governo Lula e, sim, como uma das estratégias de oferta de cursos técnicos de nível médio, uma vez que o próprio Decreto apenas se limitou a admitir a forma integrada, facultando às escolas articular os ensinos médio e técnico em um mesmo currículo, o que faz emergir questionamentos sobre a real possibilidade de integração trazida por ele.

Ademais, os programas focais lançados, no âmbito da educação profissional, após a sanção desse Decreto – Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), Projeto Escola de Fábrica e Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) – também reforçam que a integração não seria mesmo prioridade, e que, diferentemente da perspectiva formativa dos cursos técnicos integrados – formação integral –, esses programas acabam reforçando a lógica da formação pragmática, utilitarista, vinculada diretamente ao mercado de trabalho.

Assim, concordamos com Kuenzer (2006), quando assevera que, o que se tem de fato, tanto no governo Fernando Henrique quanto no governo Lula da Silva, são continuidades de políticas de educação profissional minimalistas que legitimam a formação precarizada por meio de estratégias e dimensões pedagógicas que atendam ao regime de acumulação, cujas formações se fundamentam na flexibilidade, polivalência e empreendedorismo, buscando forjar a inclusão dos trabalhadores em trabalhos precarizados.

Esse também é o entendimento de Oliveira, ao afirmar:

O privilegiamento de uma formação mais pragmática, em detrimento de uma formação mais complexa, é proposital. Semelhantemente a outros programas governamentais, busca-se a mínima formação necessária para esses trabalhadores inserirem-se no mercado de trabalho, de forma a suprir as necessidades do capital, para a realização de tarefas de pouca complexidade, mas fundamentais ao processo geral de produção capitalista e de acumulação do capital. (OLIVEIRA, 2005, p. 258).

Um alento a essa política de educação profissional precarizada, funcional para a conformação dos trabalhadores em postos de trabalho de menor importância, veio em 2007, com a criação do Programa Brasil Profissionalizado, pelo fato de se propor a estimular o ensino médio integrado à educação profissional no âmbito das redes estaduais de educação.

Todavia, a retomada da negação a esse tipo de oferta educacional – ensino

médio integrado – veio com o governo Dilma Rousseff (2011-2016), por meio da Lei nº 12.513/2011, que criou o Programa Nacional de Acesso ao Técnico e Emprego (PRONATEC), ancorado no discurso da ampliação da qualificação profissional, por meio da oferta de cursos de **formação inicial continuada (FIC)**, nas mais diversas áreas produtivas e articuladas com as políticas de geração de emprego e renda, a serem desenvolvidos em instituições públicas e privadas, com financiamento público. Esses cursos são de curta e variável duração e têm a finalidade de capacitar, aperfeiçoar e atualizar estudantes e/ou trabalhadores, independentemente de sua escolarização, que desejam (re)inserir-se no mercado de trabalho de maneira rápida, ou seja, são cursos aligeirados que possuem o viés de uma formação estreita, pragmática, utilitarista.

Em 2017, o governo Michel Temer² (2016-2018) aprofundou ainda mais a negação da oferta de ensino médio integrado, através de duas ações: a instituição do MEDIOTEC e a reforma do ensino médio.

A primeira, um projeto inserido no PRONATEC, é voltada para a oferta de **cursos técnicos concomitantes ao ensino médio**, destinados aos estudantes matriculados no ensino médio nas redes públicas de educação, preferencialmente no 2º ano.

Esses cursos, com duração de um a dois anos, são executados em parceria com instituições públicas e privadas de ensino médio, podendo ocorrer na mesma instituição de ensino (concomitância interna) ou em outra (concomitância externa), com aulas no contraturno, e o estudante terá duas matrículas (uma do ensino médio e outra do ensino técnico), e ao final dos cursos receberá dois certificados de conclusão. Esse tipo de oferta também precariza a educação profissional uma vez que, por um lado, não há sintonia ético-política-metodológica entre os dois cursos e, como tal, nega ao estudante uma formação unitária e, por outro, obriga esse mesmo estudante a despende um esforço material e intelectual para dar conta dos cursos.

Já a reforma do ensino médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, organizou o currículo do ensino médio em uma Base Nacional Comum Curricular e cinco itinerários formativos (I – linguagens e suas tecnologias; II – matemática e suas tecnologias; III – ciências da natureza e suas tecnologias; IV – ciências humanas e sociais aplicadas; e V – formação técnica e profissional) (BRASIL, 2017), implicando, entre outros, na redução no número e na carga horária das disciplinas que até então compunham o currículo escolar; na privatização da escolarização no ensino médio por meio de parcerias público-privadas; na não garantia da escolha pelos estudantes de seu itinerário formativo; e da possibilidade de profissionais com “notório saber” atuarem como professores no itinerário V.

Essa reforma traz profundas consequências para a organização da educação profissional no país, e para o próprio ensino médio, pois a partir dela não faz mais sentido se falar em curso técnico integrado ao ensino médio, nem na forma concomitante, uma vez que a formação técnica substituirá parte do ensino médio, por ser um dos

2. Temer era vice-presidente de Dilma Rousseff e assumiu a presidência, em 2016, após o afastamento da titular por um controverso processo de impeachment.

itinerários formativos.

Enfim, constatamos que a educação profissional no século XXI no Brasil, sobretudo com a reforma que esfacela o ensino médio, tem caráter de uma formação mínima, precária e limitada, principalmente para os filhos da classe trabalhadora, cujo direito a uma formação básica comum e completa para a leitura crítica do mundo e para a atuação como cidadão integrado dignamente à sociedade, lhes são negados.

4 | O PROGRAMA BRASIL PROFISSIONALIZADO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE

O PBP foi instituído pelo Decreto nº 6.302/2007, no governo Lula da Silva, com a finalidade de estimular, nas redes estaduais de educação, o ensino médio integrado à educação profissional, enfatizando a educação científica e humanística, por meio da articulação entre formação geral e educação profissional no contexto dos arranjos produtivos e das vocações locais e regionais. (BRASIL, 2007a).

Vale ressaltar, que as redes estaduais de educação, oferecem, predominantemente, o ensino médio na forma propedêutica, isto é, um curso de formação geral cujo objetivo é preparar o estudante para prosseguimento dos estudos no ensino superior. Tanto é assim, que a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996 – dispõe que os Estados incumbir-se-ão de assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem e, conforme referenciamos acima, a formação técnica e profissional passará a ser um dos itinerários formativos do ensino médio.

De acordo com o referido Decreto nº 6.302/2007, são objetivos do PBP, entre outros:

- a. desenvolver e reestruturar o ensino médio, de forma a combinar formação geral, científica e cultural com a formação profissional dos educandos;
- b. propiciar a articulação entre a escola e os arranjos produtivos locais e regionais;
- c. fomentar a expansão da oferta de matrículas no ensino médio integrado à educação profissional, pela rede pública de educação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive na modalidade a distância; e
- d. incentivar o retorno de jovens e adultos ao sistema escolar e proporcionar a elevação da escolaridade, a construção de novos itinerários formativos e a melhoria da qualidade do ensino médio, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos. (BRASIL, 2007a).

Como podemos depreender, esses objetivos evidenciam a tentativa do governo federal em, por um lado, promover a integração do ensino médio com a educação profissional nas redes estaduais de educação, através da oferta de cursos técnicos

integrados condizentes com os arranjos produtivos locais e regionais e, por outro, fomentar a expansão de matrículas, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos integrada à educação profissional.

Nesse sentido, concordamos com Colombo (2009), quando afirma que as concepções do PBP apresentam uma perspectiva democrática, uma vez que sugere uma formação voltada a preparação para o mundo do trabalho, buscando a materialização das normas já contempladas no arcabouço jurídico-normativo da educação profissional (LDB/1996 e Decreto nº 5.154/2004), tendo como foco principal a elevação da escolaridade e o incentivo para o retorno dos jovens e adultos a escola.

Ainda de acordo com o referido Decreto, caberia ao MEC coordenar a implantação, o acompanhamento, o monitoramento, a supervisão e a avaliação do PBP e, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), disciplinar os procedimentos para apresentação de propostas pelos Estados, o Distrito Federal e os Municípios e acompanhar a execução físico-financeira dos convênios celebrados entre esses entes federados e o MEC/FNDE. (BRASIL, 2007a).

Segundo o FNDE, a meta prevista para o PBP era investir R\$ 900 milhões nos anos de 2008 a 2011, com a perspectiva de atender 750 escolas em 500 municípios, 800 mil alunos, capacitar 14 mil professores e construir 2.500 laboratórios, entre os quais o de física, química, biologia, matemática e informática. (BRASIL, 2007b).

Para a concretização dessa meta e regular a assistência financeira no âmbito do PBP, o FNDE, por meio da Resolução CD/FNDE nº 62/2007, estabeleceu as diretrizes para a elaboração das propostas, a orientação acerca da promoção do desenvolvimento e reestruturação do ensino médio integrado à educação profissional e estabeleceu os itens passíveis de financiamento (modernização dos espaços físicos escolares, por meio de construções, reformas ou ampliações, inclusive quanto a pertinência na escolha e distribuição das localidades contempladas, aquisição de acervo bibliográfico, mobiliário e desenvolvimento de gestão e formação de professores. A contrapartida assegurada pelos Estados seria a infraestrutura de obras, manutenção do funcionamento das escolas contempladas pelo Programa e a criação e/ou adequação do quadro docente, sobretudo para as disciplinas específicas da educação profissional. (BRASIL, 2007b).

Quanto à materialização do PBP, os Relatórios de Gestão elaborados pela SETEC/MEC, revelam que, no período de 2008 a 2011, vinte e quatro das vinte e sete unidades da federação fizeram adesão ao Programa, contabilizando um investimento total de, aproximadamente, R\$ 1,9 bilhão, mais do que o dobro da meta inicial do governo. O Estado do Rio Grande do Norte foi contemplado com R\$ 124,1 milhões.

É importante ressaltar, que a oferta de cursos técnicos na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte, como nos demais Estados da Federação, teve início na década de 1970, por força da lei de reforma do ensino de 1º e 2º graus – Lei nº 5.692/1971 –, mas foi descontinuada no final da década de 1990, após a sanção da LDB/1996, ficando essa modalidade de educação a ser ofertada somente pela Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte, hoje Instituto Federal de Educação Ciência

e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN).

Não obstante a capilaridade do IFRN, as demandas educativas no âmbito da educação profissional no Estado, impôs a retomada dessa oferta pela rede estadual. Assim, em 2006, o Centro Estadual de Educação Profissional Senador Jessé Pinto Freire (CENEP), iniciou a oferta de cursos técnicos nas formas integrada e subsequente ao ensino médio, como também pelo Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA), com cursos de Manutenção e Suporte em Informática e Gestão Empresarial. (SEEC/RN, 2015).

Ainda em 2006, o Estado do Rio Grande do Norte lançou um projeto piloto, na perspectiva da implantação da educação profissional integrada ao ensino médio nas seguintes escolas estaduais: Francisco Ivo, Edgar Barbosa e José Fernandes Machado, em Natal; Prof. Abel Freire Coelho, em Mossoró; e José Fernandes de Melo, em Pau dos Ferros, porém não conseguiu a efetivação das ofertas, devido à falta das condições materiais necessárias à sua execução, sobretudo quanto à contratação do corpo docente para as disciplinas técnicas dos cursos. Essas unidades educacionais somente começaram a ofertar cursos técnicos em 2009, já no âmbito do PBP.

Os recursos recebidos pelo Estado do Rio Grande do Norte – R\$ 124,1 milhões – oriundos dos quatro convênios (dois firmados em 2008 e dois em 2009) decorrentes de sua adesão ao PBP, tinha como meta ambientar/reformar 109 escolas estaduais de ensino médio, para que pudessem ofertar cursos técnicos de nível médio integrados ao ensino médio; adquirir equipamentos para três núcleos de educação a distância; adquirir acervo bibliográfico e equipamentos para a composição de laboratórios técnicos e científicos, além da realização de três seminários para a formação dos profissionais que atuariam nessas escolas e da construção de 10 Centros de Educação Profissional e Tecnológica (conforme Quadro 1), cada um com capacidade para atender 1.200 estudantes, totalizando 12.000 matrículas na educação profissional. (SEEC/SUEP/RN, 2015).

CENTRO	LOCALIDADE	CURSOS
Centro Estadual de Educação Profissional Prof. João Faustino Ferreira	Natal – Pitimbu	Téc. em Meio Ambiente Téc. em Nutrição e Dietética
Centro Estadual de Educação Profissional Dr. Ruy Pereira dos Santos	São Gonçalo do Amarante	Téc. em Edificações Téc. em Segurança do Trabalho
Centro Estadual de Educação Profissional Ruy Antunes Pereira	Ceará-Mirim	Téc. em Administração Tec. em Energia Renovável
Centro Estadual de Educação Profissional Professora Lourdinha Guerra	Parnamirim	Téc. em Informática Téc. em Manutenção e Suporte em Informática
Centro Estadual de Educação Profissional Professor Francisco de Assis Pedrosa	Mossoró	Téc. em Meio Ambiente Téc. em Nutrição e Dietética

Centro Estadual de Educação Profissional Professor Hélio Xavier de Vasconcelos	Extremoz	Téc. em Administração Téc. em Recursos Humanos
Centro Estadual de Educação Profissional Professora Maria Rodrigues Gonçalves	Alto do Rodrigues	Téc. em Informática Tec. em Energia Renovável
Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica	Natal – Parque dos Coqueiros	A definir
Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica	Macaíba	A definir
Centro Estadual de Educação Profissional Tecnológica	Assú	A definir

Quadro 1: Centros de Educação Profissional Tecnológica do Rio Grande do Norte, por localização geográfica e cursos a serem ofertados.

Fonte: SEEC/SUEM/RN (2017).

Centro Estadual de Educação Profissional de Ensino Médio em Tempo Integral Profissional Professor João Faustino Ferreira Neto Dessa forma, o Estado pretende ampliar sua oferta de educação profissional, buscando promovê-la com eficiência e qualidade, oportunizando aos estudantes sua formação para melhor inserção no mundo do trabalho. Nesse sentido, concordamos com Kuenzer (2007, p. 45), quando afirma que “[...] A melhoria das condições de sucesso e permanência dos estudantes depende de uma série de investimentos, tendo em vista a qualidade do ensino: em equipamentos, em ampliação de espaços físicos, na qualificação permanente dos professores.”

As metas estipuladas foram parcialmente concretizadas. Das 109 escolas previstas para receberem reformas e/ou ampliação, apenas 53 foram concluídas, das quais 20 foram transformadas em escolas de educação profissional, enquanto as demais (33) permaneceram como escolas de ensino médio; a aquisição de equipamentos e acervo bibliográfico foram também executadas parcialmente, sendo o produto distribuídos entre as escolas contempladas com o Programa; quanto ao desenvolvimento da gestão e formação dos profissionais para educação profissional, apenas um seminário, dentre os três programados, foi realizado; e em relação à construção dos 10 Centros de Educação Profissional, sete já foram concluídos e estão em funcionamento desde 2017, em tempo integral, e a expectativa é de que os outros três comecem a funcionar em 2018. (SEEC/SUEM/RN, 2017).

Como podemos perceber, o PBP está, de fato, contribuindo para a expansão da educação profissional na rede estadual de educação do Rio Grande do Norte. Para tanto, o governo do Estado vem desenvolvendo esforços para construir um quadro de professores, especialmente no que se refere às disciplinas do eixo tecnológico e, assim, materializar o currículo integrado dos diversos cursos técnicos oferecidos, resultando, decisivamente, na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise promovida verteu sobre os conceitos de políticas públicas e de políticas públicas educacionais e, particularmente no Brasil, sobre a educação profissional brasileira no século XXI, nomeadamente o PBP no Estado do Rio Grande do Norte.

Compreendemos que o processo de criação de políticas públicas, sejam elas de Estado ou de governo, envolve prioritariamente os governos, pois são neles que as discussões e reivindicações emanam e se configuram em ações práticas que vão impactar toda a sociedade ou parte dela.

Inferimos, também, que no Brasil, as políticas públicas educacionais, em todos os níveis, etapas e modalidades ocorrem de forma descontínuas, em razão de serem caracterizadas como políticas de governo, e não haver um movimento, inclusive da sociedade civil organizada, para transformá-las em políticas de Estado.

Particularmente, a educação profissional tem sido campo de disputas entre educadores progressistas, que defendem a perspectiva de uma formação integral que possibilite ao estudante não apenas se inserir no mundo do trabalho como também prosseguir estudos no ensino superior, e forças conservadores, que a enxergam na lógica de uma formação pragmática, utilitarista, associada ao mercado de trabalho.

Em linhas gerais podemos considerar que as ações de modernização e expansão da educação profissional nas redes estaduais de educação promovidas com recursos financeiros do governo federal, por meio do PBP, se materializaram, pois, o volume de investimento dispensado aos Estados foi mais que o dobro do inicialmente previsto.

A rede estadual de educação norte-rio-grandense conseguiu viabilizar a expansão da educação profissional com o apoio do PBP, com a construção de 10 Centros de Educação Profissional e reforma/ampliação de 53 escolas, além de adquirir equipamentos, mobiliários e acervo bibliográfico para todas elas. As dificuldades enfrentadas referem-se, sobretudo, à constituição do quadro de professores das disciplinas técnicas. Mesmo assim, vem desenvolvendo esforços que contribuam para a formação dos estudantes, com qualidade.

Enfim, destacamos que a possibilidade da descontinuidade da oferta de cursos técnicos integrados ao ensino médio na rede estadual do Rio Grande do Norte é uma realidade, em decorrência da reforma do ensino médio atualmente promovida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento à sociedade**: retorno da SEMTEC/MEC às instituições da sociedade civil e política, pelas contribuições apresentadas no processo de construção da versão final da minuta de decreto que regulamenta os artigos 35 e 36 e 39 1 41 da LDB e revoga o Decreto no 2.208/97. Brasília, DF: SEMTEC/MEC, 2004a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/not251d.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Políticas Públicas para a Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF: SEMTEC/MEC, 2004b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/p_

publicas.pdf. Acesso em: 22 mar. 2015.

BRASIL. **Decreto n. 5.154, de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2004c. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5154.htm>. Acesso em: 22 dez. 2009.

_____. **Decreto n. 6.302, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, DF, 2007a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução FNDE/CD n. 062, de 12 de dezembro de 2007**. Estabelece as diretrizes para a assistência financeira a Estados, Distrito Federal e Municípios no âmbito do Programa Brasil Profissionalizado. Brasília, DF, 2007b. Disponível em: <<http://www.diariodasleis.com.br/busca/exibmlink.php?numli nk=1-164-34-2007-12-12-62>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o FUNDEB, a CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 25 mar. 2017.

COLOMBO, Irineu. **Brasil profissionalizado**: um programa que sistematiza na prática a educação profissional e tecnológica. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_brasil_profissionalizado.pdf. Acesso em: 03 jun. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

KUENZER, Acacia Zeneida. Educação profissional nos anos 2000: a dimensão subordinada das políticas de inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 96 (Especial), p. 877-910, out. 2006.

_____. **Ensino médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

OLIVEIRA, Ramon de. Precarização do trabalho: a funcionalidade da educação profissional. **Rev. Diálogo Educ.** Curitiba, v. 15, n. 44, p. 245-266, jan./abr. 2015.

PASE, Hemerson Luiz. Políticas públicas e infraestrutura: a agenda do setor elétrico brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 107-127, maio/ago. 2012.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Questões polêmicas de políticas e legislação educacional**. Curitiba, PR: CRV, 2012.

SEEC. **Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte (2015-2025)**: proposta preliminar. Natal, 2015.

SEEC. Subcoordenadoria de Educação Profissional. Natal, **Relatório de gestão**. 2015.

SEEC. Subcoordenadoria de Ensino Médio. Natal, **Relatório de gestão**. 2017.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-463-4

